

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 31.12.2023.



ÍNDICE

- 1) Relatório da Administração – Página 3 – 5
- 2) Relatório do Auditor Independente – Página 6 - 8
- 3) Balanço Patrimonial de 31/12/2023 e 31/12/2022 – Pagina 9
- 4) Demonstração de sobras 31/12/2023 e 31/12/2022 – Página 10
- 5) Demonstração do Resultado Abrangente 31/12/2023 e 31/12/2022 – Página - 11
- 6) Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido de 31/12/2022e 31/12/2022 – Página 12
- 7) Demonstrac o do Fluxo de Caixa 31/12/2023 e 31/12/2022 – Página 13
- 8) Notas Explicativas – Página 14 a 26
- 9) Parecer do Conselho Fiscal – Página 27

Relatório da Administração 2023

DIRETORIA

Wagner Aparecido Mendes - Diretor Presidente
Antonio Carlos Sanches - Diretor Administrativo
Marcos Donizeti Antonio - Diretor Operacional
Dalva Aparecida Pedro - Diretora

CONSELHO FISCAL - MEMBROS EFETIVOS

Ronaldo Marcos Valerio
Antonio Roveri Neto
Fabio Luiz Apolaro

CONSELHO FISCAL - MEMBROS SUPLENTES

Nilson Kendi Ogassahara
Maria Luisa Alves de Oliveira
Davi Aparecido Trevizolli

REGISTROS DATA

CNPJ.....:57.259.525/0001-63		13/03/87
JUCESPNo..... 35400017473		30/03/87
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL	931	16/12/88
OCESP... 959		

Senhores Cooperados

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2023 da Cooperativa de Crédito de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Campus de Jaboticabal,- COOPERFAC, na forma da Legislação em vigor.

Política Operacional

Em 2023 a COOPERFAC completou 35 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos a prazo.

Avaliação de Resultados

No exercício de 2023, a COOPERFAC obteve um resultado antes das destinações de R\$ 374.068,86. Ainda a cooperativa remunerou o capital dos cooperados em 18% da taxa selic, de acordo ao limite máximo da Lei 5764/1971.

Ativos

Os recursos depositados em Títulos e Valores Mobiliários somaram R\$ 798.010,51. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 7.508.109,19.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 18% da carteira, no montante de R\$ 1.327.764,21.

Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da COOPERFAC era de R\$ 7.926.313,49. O quadro de associados era composto por 529 Cooperados.

MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2023	2022
Número de sócios ao iniciar o ano	529	531
Admissões ocorridas no ano	25	13
Demissões ocorridas no ano	15	15
Número de sócios ao encerrar o ano	539	529

Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, pela diretoria, observando e cumprindo as normas constantes nas Políticas de Crédito, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

RELATÓRIO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

	QUANTIDADE		VALORES EM REAIS	
	2023	2022	2023	2022
TOTAL	4.171	4.266	4.804.953,45	4.179.208,42

A COOPERFAC adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN no 2.682.

Conselho Fiscal

Eleito na AGO, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do FNCC com a parceria com a Contato Seguro, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. 0800 800 5656 ou www.contatoseguro.com.br/ouvidoriafncc.

No exercício de 2023, a ouvidoria da singular não registrou nenhuma manifestação de cooperados procedentes sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Aos cooperados por sua confiança e apoio à nossa administração, à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Campus de Jaboticabal – UNESP, que sempre incentivaram e colaboraram para o desenvolvimento de nossa Cooperativa e aos membros do Conselho Fiscal e funcionários.

Jaboticabal, 18 de Março de 2023.

Wagner Aparecido Mendes
Diretor Presidente

Antonio Carlos Sanches
Diretor Administrativo

Marcos Donizeti Antonio
Diretor Operacional

Dalva Aparecida Pedro
Diretora

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Aos Srs.

Administradores e Associados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e
Veterinárias – Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC
Jaboticabal – SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Campus de Jaboticabal/SP – (“COOPERFAC”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERFAC em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPERFAC é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPERFAC, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 26 de março de 2024.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC – 2SP 017.676/O-8

CNAI-IPJ-000155

MARCELO MACHADO DE ANDRADE

CRC – 1SP 223.997/O-8

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	3	23.190,61	33.045,66	Outras Obrigações	8	494.785,32	473.930,58
Instrumentos Financeiros		8.369.271,01	7.857.133,28	Cobrança e Arrec. Trib. E Assemelhados		-	1.865,50
Títulos e Valores Mobiliários	3	798.010,51	1.141.069,08	Sociais e Estatutárias		408.432,66	384.314,21
Operações de Crédito	4a	7.508.109,19	6.728.448,66	Fiscais e Previdenciárias		20.983,38	19.599,05
(-) Provisão de Liquidação Duvidosa	4a	(114.160,08)	(141.774,31)	Diversas		65.369,28	68.151,82
Outros Créditos	5	202.552,65	166.132,51				
(-) Provisão Outros créditos Liquid.Duvidosa	5	(25.241,26)	(36.742,66)				
Total do Ativo Circulante		8.392.461,62	7.890.178,94	Total do Passivo Circulante		494.785,32	473.930,58
Não Circulante				Patrimônio Líquido		7.929.949,10	7.484.585,13
Investimentos	6	-	26.112,48	Capital Social	10a	6.874.018,25	6.514.867,96
Imobilizado	7	251.399,76	259.998,76	Reserva Legal	10b	875.174,22	825.048,48
Depreciação Acumulada	7	(221.692,57)	(224.020,12)	Sobras ou Perdas Acumuladas	10b	180.756,63	144.668,69
Diferido	7	18.400,00	18.400,00				
amortização acumulada	7	(15.834,39)	(12.154,35)				
Total do Ativo Não Circulante		32.272,80	68.336,77	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		8.424.734,42	7.958.515,71
Total do Ativo		8.424.734,42	7.958.515,71				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Notas	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		742.392,55	1.455.640,27	1.381.530,49
Operações de Crédito		689.193,52	1.344.281,08	1.224.931,20
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliário	3	53.199,03	111.359,19	156.599,29
Despesas da Intermediação Financeira		14.505,71	39.115,63	(30.418,75)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4c	14.505,71	39.115,63	(30.418,75)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		756.898,26	1.494.755,90	1.351.111,74
Outras Receitas / Despesas Operacionais		(576.941,56)	(1.100.892,14)	(1.003.289,63)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços		-	-	-
Despesa de Pessoal	13	(352.188,01)	(703.419,47)	(648.397,65)
Outras Despesas Administrativas	12	(235.275,77)	(413.080,29)	(357.382,04)
Despesas tributárias	12	(1.380,39)	(3.892,81)	(4.046,37)
Outras Receitas Operacionais	11	11.906,13	20.582,46	8.195,64
Outras Despesas Operacionais	14	(3,52)	(1.082,03)	(1.659,21)
Resultado Operacional		179.956,70	393.863,76	347.822,11
Resultado não Operacional		(313,73)	(241,73)	9.317,14
Receitas não operacionais		(313,73)	(241,73)	9.317,14
Resultado Antes da tributação s/Lucro e participações		179.642,97	393.622,03	357.139,25
Imposto de Renda e contribuição social		(9.822,16)	(19.553,17)	(20.422,89)
Imposto de Renda		(10,91)	(21,21)	(1.332,59)
Contribuição social		(10,91)	(21,21)	(1.355,38)
Participação de funcionários		(9.800,34)	(19.510,75)	(17.734,92)
Resultado Antes das Destinações Estatutárias		169.820,81	374.068,86	336.716,36
Juros sobre capital próprio	10b	(148.024,12)	(148.024,12)	(149.684,57)
Resultado Antes das Destinações Estatutárias		21.796,69	226.044,74	187.031,79
F A T E S- Atos não cooperativos	15	(98,95)	(98,95)	(6.195,92)
F A T E S		(22.594,58)	(22.594,58)	(18.083,59)
Reserva Legal		(22.594,58)	(22.594,58)	(18.083,59)
Sobras (Perdas) Líquidas do Semestre / Exercício	10b	(23.491,42)	180.756,63	144.668,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023	2023	2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	(23.491,42)	180.756,63	144.668,69
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	23.491,42)	180.756,63	144.668,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Em reais

	Notas	Capital Subscrito	Reserva Legal	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 01/01/2022		6.171.031,72	806.964,89	-	112.411,08	7.090.407,69
Ajuste de Exercícios Anteriores						-
Destinação de sobras Exercício anterior					(56.205,54)	(56.205,54)
Ao FATES				-	-	-
Ao Capital		56.205,54	-	-	(56.205,54)	-
Integralização/subscrição de capital		348.897,68	-	-	-	348.897,68
(-) Devolução de capital		(210.951,55)	-	-	-	(210.951,55)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	336.716,36	336.716,36
Integralização de Juros ao Capital		149.684,57	-	-	(149.684,57)	-
Destinação das Sobras ou Perdas						-
F A T E S - Atos não cooperativos				-	(6.195,92)	(6.195,92)
F A T E S - Atos cooperativos		-		-	(18.083,59)	(18.083,59)
Reserva Legal		-	18.083,59	-	(18.083,59)	-
						-
Saldos em 31/12/2022		6.514.867,96	825.048,48	-	144.668,69	7.484.585,13
Mutações do Exercício		343.836,24	18.083,59	-	32.257,61	394.177,44
Saldos em 01/01/2023		6.514.867,96	825.048,48	-	144.668,69	7.484.585,13
Ajuste de Exercícios Anteriores						-
Destinação de sobras Exercício anterior						-
Ao FATES		-	-	-	(72.334,34)	(72.334,34)
Ao Capital		72.334,35			(72.334,35)	-
Constituição de Reserva			-	-	-	-
Integralização/subscrição de capital		346.250,76	-	-	-	346.250,76
(-) Devolução de capital		(207.458,94)	-	-	-	(207.458,94)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	374.068,86	374.068,86
Integralização de Juros ao Capital		148.024,12	-	-	(148.024,12)	-
Destinação das Sobras ou Perdas						-
F A T E S - Atos não cooperativos				-	(98,95)	(98,95)
F A T E S - Atos cooperativos		-	-	-	(22.594,58)	(22.594,58)
Reserva Legal		-	22.594,58	-	(22.594,58)	-
Reversão de Capital Ex-cooperados		-	27.531,16	-	-	27.531,16
Saldos em 31/12/2023		6.874.018,25	875.174,22	-	180.756,63	7.929.949,10
Mutações do Exercício		359.150,29	50.125,74	-	36.087,94	445.363,97
Saldos em 01/07/2023		6.628.332,02	852.213,90	-	204.248,05	7.684.793,97
Integralização/subscrição de capital		174.674,27	-		-	174.674,27
(-) Devolução de capital		(77.012,16)	-		-	(77.012,16)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-		169.820,81	169.820,81
Integralização de Juros ao Capital		148.024,12	-		(148.024,12)	-
Destinação das Sobras ou Perdas						-
F A T E S - Atos não cooperativos		-			(98,95)	(98,95)
F A T E S - Atos cooperativos		-	-		(22.594,58)	(22.594,58)
Reserva Legal		-	22.594,58		(22.594,58)	-
Reversão de Capital Ex-cooperados			365,74			365,74
Saldos em 31/12/2023		6.874.018,25	875.174,22	-	180.756,63	7.929.949,10
Mutações do Semestre		245.686,23	22.960,32	-	(23.491,42)	245.155,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Semestre/Exercício	179.642,97	393.622,03	357.139,25
IRPJ/CSLL	(21,82)	(42,42)	(2.687,97)
Provisão Para Operações de Crédito	(8.755,01)	(27.614,23)	(6.323,91)
Participação de funcionários	(9.800,34)	(19.510,75)	(17.734,92)
Depreciações e Amortizações	4.647,34	9.561,49	10.092,53
Juros ao capital próprio	(148.024,12)	(148.024,12)	(149.684,57)
	17.689,02	207.992,00	190.800,41
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(169.152,32)	(779.660,53)	(798.950,97)
Outros Créditos	(27.258,52)	(47.921,54)	(55.830,01)
Outras Obrigações	(43.392,44)	20.854,74	(29.256,73)
Caixa Gerado nas Operações	(222.114,26)	(598.735,33)	(693.237,30)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos	-	-	(1.312,25)
Baixa de Imobilizado de Uso	390,00	390,00	-
Baixa de Investimentos	26.112,48	26.112,48	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	26.502,48	26.502,48	(1.312,25)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	174.674,27	346.250,76	348.897,68
Devolução de Capital	(77.012,16)	(207.458,94)	(210.951,55)
Destinação de Sobras exercício Anterior Ao FATES	-	(72.334,34)	(56.205,54)
FATES - atos não cooperativos	(98,95)	(98,95)	(6.195,92)
FATES - Sobras do Exercício	(22.594,58)	(22.594,58)	(18.083,59)
Subscrição de juros ao Capital	148.024,12	148.024,12	149.684,57
Reversão Capital ex-cooperados para Reserva Legal	365,74	27.531,16	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	223.358,44	219.319,23	207.145,65
Diminuição/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	27.746,66	(352.913,62)	(487.403,90)
No início do período	793.454,46	1.174.114,74	1.661.518,64
No fim do período (nota3)	821.201,12	821.201,12	1.174.114,74
Varição líquida das Disponibilidades	27.746,66	(352.913,62)	(487.403,90)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - Campus de Jaboticabal/SP - COOPERFAC (“Cooperativa”), fundada em 6 de janeiro de 1986, é uma cooperativa de economia e crédito mútuo, instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 1º de abril de 1987, através do registro sob nº 57.259.525/0001-63.

A Cooperativa está sediada em Jaboticabal SP e tem sua área de ação limitada às dependências da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Campus de Jaboticabal, SP.

Tem por objetivo social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito: o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Cooperativa desfilou da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp, conforme nota 18 e associou-se à Federação Nacional das Cooperativas – FNCC.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 27 de março de 2024, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020, que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, , divulgação de resultados não recorrentes, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.7 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.12 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.13 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.15 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3. Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2023	2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	23.190,61	33.045,66
Títulos e valores mobiliários (i)	798.010,51	1.141.069,08
	821.201,12	1.174.114,74

(i) Trata-se de aplicações em quotas de fundos de renda fixa de instituições privadas R\$ 770.428,27, Ações preferenciais Bancoob no valor de R\$ 12.794,85, Capital FNCC no valor de R\$ 13.717,39 e Capital Cecresp Corretora no valor de R\$ 1.070,00.

Foram registrados no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 111.359,19 em 2023 e de R\$ 156.599,29 em 2022.

4. Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	3.103.162,24	4.404.946,95	7.508.109,19	2.723.455,53	4.004.993,13	6.728.448,66
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(50.053,59)	(64.106,49)	(114.160,08)	(56.518,33)	(85.255,98)	(141.774,31)
	3.053.108,65	4.340.840,46	7.393.949,11	2.666.937,20	3.919.737,15	6.586.674,35

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Empréstimos 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
A	0,50%	Normal	4.427.351,77	(22.136,78)	3.884.833,40	(19.424,17)
B	1%	Normal	2.142.398,42	(21.424,01)	1.869.029,11	(18.690,29)
B	1%	Vencidas	104.336,76	(1.043,37)	33.583,98	(335,84)
C	3%	Normal	425.808,30	(12.774,27)	391.584,40	(11.747,53)
C	3%	Vencidas	25.705,39	(771,17)	81.390,64	(2.441,72)
D	10%	Normal	340.325,92	(34.032,60)	373.127,07	(37.312,71)
D	10%	Vencidas	-	-	10.929,01	(1.092,90)
E	30%	Normal	19.594,31	(5.878,30)	38.268,25	(11.480,48)
E	30%	Vencidas	-	-	-	-
F	50%	Normal	8.907,09	(4.453,55)	974,91	(487,46)
F	50%	Vencidas	-	-	7.143,04	(3.571,52)
G	70%	Normal	6.784,00	(4.748,80)	7.983,89	(5.588,73)
G	70%	Vencidas	-	-	-	-
H	100%	Normal	6.897,23	(6.897,23)	12.399,95	(12.399,95)
H	100%	Vencidas	-	-	17.201,01	(17.201,01)
Total Normal			7.378.067,04	(112.345,54)	6.578.200,98	(117.131,32)
Total Vencido			130.042,15	(1.814,54)	150.247,68	(24.642,99)
Total Geral			7.508.109,19	(114.160,08)	6.728.448,66	(141.774,31)
Provisões			(114.160,08)	(114.160,08)	(141.774,31)	(141.774,31)
Total Líquido			7.393.949,11	(114.160,08)	6.586.674,35	(141.774,31)

c Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	(141.774,31)	(148.098,22)
Constituição da provisão	(21.592,87)	(35.657,63)
Reversão de provisão para operações de crédito	49.207,10	41.981,54
Saldo final	(114.160,08)	(141.774,31)

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa teve uma Reversão líquida no ano de 2023 no valor de R\$ 27.614,23 e em 2022 uma Reversão na provisão para operações para crédito de liquidação duvidosa no valor líquido de R\$ 6.323,91.

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023 os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 5.263,20 (R\$ 5.263,20 em 2022), e em sua maioria encontra-se em processo de cobrança judicial. Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 0,00 (R\$ 45.405,98 em 2022).

5. Outros créditos

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Impostos a Recuperar	89,31	89,31
Títulos e Créditos a receber	25.241,26	36.742,66
Provisão outros créditos de liquidação duvidosa	(25.241,26)	(36.742,66)
Devedores diversos	177.222,08	129.300,54
Total – Outros Créditos	177.311,39	129.389,85

Trata-se de recebimentos de empréstimos, no valor de R\$ 176.517,11 (R\$ 129.300,54 em 2022), que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente. O valor de R\$ 89,31 corresponde a Impostos a Recuperar no ano de 2023 (R\$ 89,31 em 2022). Os valores referentes a Títulos e créditos a receber de cooperados com ações judiciais no ano de 2023 no valor de R\$ 25.241,26 (R\$ 36.742,66 em 2022) e Provisão Outros créditos de liquidação duvidosa de valores a receber de cooperados com ações judiciais no ano de 2023 -R\$ 25.241,26 (- R\$ 36.742,66 em 2022) e Taxas e Dares judiciais a ressarcir no valor de R\$ 704,97 em 2023.

6. Investimentos

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco Cooperativo do Brasil	-	12.794,85
Sicoob Cecresp Corretora	-	1.070,00
Capital FNCC	-	12.247,63
	-	26.112,48

7. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa anual de depreciação/amortização	Custo de aquisição	Depreciação/amortização acumulada	2023	2022
				Líquido	Líquido
Imobilizado					
Instalações	10%	0,00	-	0,00	940,00
Móveis e equipamentos de uso	10% a 20%	127.466,60	(113.259,41)	14.207,19	19.538,64
Benfeitoria em imóvel terceiros	20%	108.433,16	(108.433,16)	-	-
Terreno		15.500,00	0,00	15.500,00	15.500,00
		<u>251.399,76</u>	<u>(221.692,57)</u>	<u>29.707,19</u>	<u>35.978,64</u>
Intangível					
Software	20%	18.400,00	(15.834,39)	2.565,61	6.245,65
		<u>269.799,76</u>	<u>(237.526,96)</u>	<u>32.272,80</u>	<u>42.224,29</u>

8. Outras obrigações

Descrição	2023	2022
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	-	1.865,50
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	19.510,80	17.734,92
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	185.266,98	116.033,14
Quotas de capital a pagar	203.654,88	250.546,15
	<u>408.432,66</u>	<u>384.314,21</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	20.983,38	19.599,05
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	60.075,03	66.271,56
Credores diversos no País	5.294,25	1.880,26
	<u>65.369,28</u>	<u>68.151,82</u>
	<u>494.785,32</u>	<u>473.930,58</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 10b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

9. Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativas e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

10. Patrimônio Líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações dos cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Capital Social	6.874.018,25	6.514.867,96
Cooperados	539	529

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 348.897,68 (R\$ 348.897,68 em 2022), e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 207.458,94 (R\$ 210.951,55 em 2022).

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações.	374.068,86	336.716,36
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(148.024,12)	(149.684,57)
Reserva legal (ii)	(22.594,58)	(18.083,59)
FATES (iii)	(22.594,58)	(18.083,59)
Transferido para FATES	(98,95)	(6.195,92)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<u>180.756,63</u>	<u>144.668,69</u>

- (i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pela Diretoria Executiva da Cooperativa. Em reunião da Diretoria Executiva, foi aprovado a remuneração das quotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 148.024,12, foi contabilizado como "Capital social", conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.872 de 27/11/2020, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais", e ajustados.
- (ii) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o valor da Reserva Legal é de R\$ 875.174,22 (R\$ 825.048,48 em 2022);
- (iii) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 8 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31 de março de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 no valor de R\$ 144.668,69 (cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos), foram destinados 50% (cinquenta por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) equivalente a R\$ 72.334,34 (setenta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos) e os outros 50%(cinquenta por cento) integralizadas no capital social de cada cooperado equivalente R\$ 72.334,35 (setenta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

11. Outros ingressos operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Dividendos Bancoob	0,00	0,00	1.472,96
Juros ao Capital FNCC	1.469,76	1.469,76	1.312,25
Pró labore	9.165,51	17.024,29	4.546,98
Sobras Cecresp Corretora	-	817,55	393,83
Reversões férias e 1/3 férias	-	0,00	469,62
Ressarcimento custos Portabilidade	1.270,86	1.270,86	-
Outros ingressos	11.906,13	20.582,46	8.195,64

12. Dispêndios administrativos

Descrição	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Serviços do sistema financeiro	(18.695,06)	(37.180,56)	(37.774,24)
Processamento de dados	(43.246,38)	(83.964,52)	(77.364,46)
Seguros	(1.860,84)	(9.726,21)	(8.025,73)
Comunicações	(4.847,90)	(10.125,17)	(11.412,98)
Água, energia e gás	(1.241,98)	(2.780,65)	(2.855,70)
Depreciações e amortizações	(4.647,34)	(9.561,49)	(10.092,53)
Promoções e relações públicas	(76.558,02)	(91.228,02)	(39.092,03)
Serviços técnicos especializados	(30.621,31)	(62.790,51)	(67.796,53)
Serviço de terceiros	(6.039,36)	(13.428,16)	(3.698,80)
Material e manutenção	(17.289,85)	(32.026,90)	(25.201,32)
Despesa FNCC	(21.541,16)	(42.557,12)	(42.031,92)
Outros	(8.686,57)	(17.710,98)	(32.035,80)
	(235.275,77)	(413.080,29)	(357.382,04)

Descrição	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Tributários	(1.380,39)	(3.892,81)	(4.046,37)
	(1.380,39)	(3.892,81)	(4.046,37)

13. Dispêndios de pessoal, honorários e cédulas de Presença

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(128.589,34)	(257.548,45)	(238.671,09)
Honorários e cédulas de presença	(86.680,00)	(172.791,00)	(158.570,00)
Benefícios a empregados	(72.572,04)	(145.779,09)	(134.713,63)
Encargos sociais	(64.346,63)	(127.300,93)	(116.442,93)
	(352.188,01)	(703.419,47)	(648.397,65)

14. Outros dispêndios operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesa multa e juros	-	25,83	1,17
Aq.bens para sede	-	1.052,68	
Despesa com IOF	-	-	1.657,56
Desconto op.crédito	3,52	3,52	0,07
Outras	-	-	0,41
Outros dispêndios	(3,52)	(1.082,03)	(1.659,21)

15. Resultado de atos não cooperativos

Descrição	2023	2022
Receita de Atos não cooperativos	148,27	9.317,14
Despesas específicas de atos não cooperativos (Pis/Cofins)	(6,90)	(433,25)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	141,37	8.883,89
Imposto de renda e contribuição social	(42,42)	(2.687,97)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	98,95	6.195,92

16. Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários, operações de crédito.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

18. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	324.186,94	306.242,18
Patrimônio líquido		
Capital social	142.871,87	129.477,97
Benefícios:		
Honorários	157.680,00	145.440,00
Cédulas de presença	15.111,00	13.130,00

19. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

20. Índice da Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN no. 4.606/17, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2023. Pelo cálculo simplificado, o índice de Basiléia da COOPERFAC foi de 113,80% (111,90% em 2022), situação positiva visto que se apresentam superior ao mínimo exigido.

	2023	2022
PRS5- Patrimônio de Referência Simplificado	7.926.313,49	7.478.339,48
RWAS5 – Total dos Riscos Ponderado	6.964.851,99	6.682.981,30
Índice de Basiléia (%)	113,80%	111,90%

21. Federação Nacional das Cooperativas – FNCC e Sicoob Cecresp Corretora

A Diretoria Executiva tomou a decisão de desfiliação da Sicoob Central Cecresp e filiação a Federação Nacional das Cooperativas– FNCC devido a impossibilidade de se enquadrarem no sistema operacional SISBR frente às exigências impostas à Cooperativa, bem como não contemplam o modelo de negócios, produtos e serviços financeiros oferecidos pelo Sicoob.

Os saldos nos balanços patrimoniais das transações da Cooperativa com a Sicoob Cecresp Corretora em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Ativo circulante		
Ativo não circulante		
Cecresp Corretora de Seguros (nota 3)	<u>1.070,00</u>	<u>1.070,00</u>

Os saldos nos balanços patrimoniais das transações da Cooperativa com a FNCC em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

Descrição	2023	2022
Ativo não circulante		
Capital FNCC (nota 3)	<u>13.717,39</u>	<u>12.247,63</u>
Principais operações:		
Despesas com manutenção FNCC (nota 12)	<u>42.557,12</u>	<u>42.031,92</u>

As operações foram realizadas em condições normais de seu mercado e regulamentações internas

22. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

Em atendimento a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e conforme faculta a Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitada para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco socioambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez. A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área.

23. Resultado não recorrente

Nos exercícios de 2023 e 2022 a COOPERFAC não incorreu em qualquer “Resultado não recorrente” que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

24. Plano para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras. Grande parte das disposições da Resolução entrarão em vigor em janeiro de 2025, mas o órgão regulador estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições financeiras elaborarem um plano para a implementação da regulamentação contábil. O referido plano foi aprovado pela Administração da COOPERFAC em 21 de dezembro de 2022, e contempla a descrição do cronograma das ações a serem executadas, naquilo que é aplicável ao modelo de negócio da COOPERFAC e ao Segmento 5 (S5) no qual a Cooperativa está enquadrada.

Durante o ano de 2023, o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram novos normativos que dispõem, alteram, revogam e compõem o arcabouço regulatório da convergência no Brasil do IRFS9, se trata de disposições esperadas pelas instituições para implementação e mudança dos critérios contábeis de classificação, mensuração e reconhecimentos dos instrumentos financeiros.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Wagner Aparecido Mendes
Diretor Presidente e responsável pela área contábil
CPF 020.434.798-06

Jeferson Catelani
Contador CRC: 1SP290527/O-3
CPF: 337.777.328-26

25.Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIAS CÂMPUS DE JABOTICABAL – SP, CNPJ 57.259.525/0001-63, pelos membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2023, para fins previstos no artigo 75º do Estatuto Social, e após examinar os documentos que compõem o BALANÇO GERAL encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como o DEMONSTRATIVO DO RESULTADO, DE SOBRAS OU PERDAS, constatou-se que:

- As escriturações contábil e fiscal estão em perfeita ordem;
 - As despesas efetuadas autorizadas pela administração encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa e estão devidamente documentadas;
 - Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do cooperativismo;
 - O saldo do dinheiro em caixa sempre que houve conferência, foi constatado de acordo com o saldo apontado no controle de caixa e contabilidade;
 - Os valores utilizados do Fates, conforme decisões da Administração foram aprovadas por este conselho, e estão devidamente documentados;
 - Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia;
 - Os empréstimos foram concedidos de acordo com as regras estabelecidas e aprovadas pela Administração;
 - Créditos a receber em atraso, estão sendo cobrados corretamente, até as vias judiciais;
- Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstração de Resultado de “Sobras ou Perdas” do exercício de 2023, pela Assembleia Geral Ordinária.

Jaboticabal, 28 de Fevereiro de 2024.

Efetivos

Ronaldo Marcos Valério
Fabio Luiz Apolaro
Antonio Roveri Neto

Suplentes

Nilson Kendi Ogassahara
Maria Luisa Alves de Oliveira
Davi Aparecido Trevizolli